



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA –
MESTRADO PROFISSIONAL**

Tiele Fernanda Silva Rosa

**O ENSINO DA HISTÓRIA DE PANAMBI ATRAVÉS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**

SANTA MARIA, RS
2022



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Tiele Fernanda Silva Rosa

**O ENSINO DA HISTÓRIA DE PANAMBI ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO
CULTURAL**

**UFSM
SETEMBRO/2022**

Tiele Fernanda Silva Rosa

**O ENSINO DA HISTÓRIA DE PANAMBI ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marta Rosa Borin

SANTA MARIA, RS
2022

Tiele Fernanda Silva Rosa

**O ENSINO DA HISTÓRIA DE PANAMBI ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO
CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - Universidade Federal de Santa Maria como parte dos requisitos para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História**.

Aprovado em 14 de setembro de 2022

Profa. Dra. Marta Rosa Borin - UFSM
(Presidente/Orientador)

Profa. Dra. Leonice de Fátima Alves Pereira Mourad - UFSM
(Avaliadora Interna)

Profa. Dra. Rosane Marcia Neumann - FURG
(Avaliadora Externa)

SANTA MARIA, RS
2022

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é a memória do coração”

Com a frase atribuída ao filósofo grego Antístenes agradeço ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por proporcionar uma pós-graduação stricto sensu de qualidade para docentes de História da educação básica da rede pública nacional.

A Professora Dra. Marta Rosa Borin, orientadora desse trabalho, sempre precisa e disponível a repassar seus conhecimentos, me fazendo acreditar ainda mais na valorização do patrimônio cultural e na necessidade de trabalhar com os alunos e a comunidade em geral a educação patrimonial.

A Professora Dra. Leonice de Fátima Alves Pereira Mourad, por toda a dedicação nestes anos de curso, sempre apoiando, incentivando, compreendendo e principalmente orientando e ensinando com amor.

A todo o corpo docente do Profhistória da Universidade Federal de Santa Maria, pelas horas online que passamos juntos aprendendo e ensinando história.

Aos colegas Cátia, Eduardo, José Renato e Thiago pelo companheirismo durante o curso e dedicação ao ensino de história. Agradeço o conhecimento compartilhado, aos debates, aos materiais disponibilizados mas principalmente as nossas conversas via whatsapp que foram fundamentais para a conclusão dessa etapa.

Aos amigos e colegas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Leopoldina de Panambi – RS que me incentivaram a cursar um mestrado, sugerindo até mesmo a temática desse trabalho.

Também a toda a minha família que desde o início me incentivou na realização do curso. Aos meus pais Solange e Lucinir por confiar e acreditar em mim e pela cedência da sala de estar para realização das aulas online. A minha irmã Taimê por me levar a Santa Maria para realização da prova de seleção do mestrado e ao meu irmão Luiz Humberto pelos inúmeros debates e ensinamentos sobre educação, história e todo o resto.

RESUMO

O ENSINO DA HISTÓRIA DE PANAMBI ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

AUTOR: Tiele Fernanda Silva Rosa
ORIENTADORA: Dra. Marta Rosa Borin

Vivemos nas últimas décadas um período de transição, onde ocorrem aceleradas mudanças tecnológicas, culturais e sociais, porém a mais profunda ocorreu nas crianças e adolescentes, que já nascem adaptados à cultura digital, ao contrário das gerações anteriores que necessitam aprender essa nova forma de viver.

Esse conjunto de mudanças atinge diretamente a sala de aula, novos perfis de alunos implicam em transformações pedagógicas e em novos processos de aprendizagem que por diversas vezes coloca em oposição gerações tão distintas. Neste contexto docentes de história devem promover em suas aulas aprendizagens que possibilitem a compreensão da história, principalmente em relação a cultura local, resgatando a identidade histórica, social, religiosa, econômica da comunidade que o cerca.

O presente trabalho vai ao encontro a essa proposta de transformação da educação, pois visa a elaboração de um material de ensino sobre o município, partindo do patrimônio cultural. A temática é o ensino da História de Panambi/RS através da Educação Patrimonial na Educação Básica, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Os objetivos almejados são inventariar os bens patrimoniais do município de Panambi-RS passíveis de serem catalogados no My Maps e sistematizar as diferentes possibilidades de compreensão do conceito de Patrimônio, tendo como metodologia a própria Educação Patrimonial e o Estudo do Meio. O produto apresentado é um mapa interativo dos bens patrimoniais do município de Panambi-RS, para utilização nas aulas de história dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, vinculando a aprendizagem a diversidade dos objetos de conhecimento, ao uso de novas tecnologias e preparando o estudante para ser um pesquisador.

Palavras-chaves: Profhistória. Ensino de História. História Local. Educação Patrimonial. Mapa.

ABSTRACT

TEACHING THE HISTORY OF PANAMBI THROUGH CULTURAL PATRIMONY

AUTHOR: Tiele Fernanda Silva Rosa
MASTER'ADVISOR: Marta Rosa Borin

In recent decades, we have been living in a period of transition, where rapid technological, cultural and social changes have taken place, but the most profound has occurred in children and adolescents, who are already born adapted to digital culture, unlike previous generations who need to learn this new way of living.

This set of changes directly affects the classroom, new student profiles imply pedagogical transformations and new learning processes that often put such different generations in opposition. In this context, history teachers should promote in their classes learning that enables the understanding of history, especially in relation to the local culture, rescuing the historical, social, religious and economic identity of the community that surrounds them.

The present work is in line with this proposal for the transformation of education, as it aims to develop teaching material about the municipality, based on cultural heritage. The theme is the teaching of the History of Panambi/RS through Heritage Education in Basic Education, using Information and Communication Technologies (ICT's). The desired objectives are to inventory the heritage assets of the municipality of Panambi-RS that can be cataloged in My Maps and to systematize the different possibilities of understanding the concept of Heritage, using Heritage Education and the Study of the Environment as a methodology. The product presented is an interactive map of the heritage assets of the municipality of Panambi-RS, to be used in history classes in the early and final years of elementary school, linking learning to the diversity of objects of knowledge, to the use of new technologies and preparing the student to be a researcher.

Keywords: Profhistory. History Teaching. Local History. Patrimony Education. Map.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Foto Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann	33
FIGURA 2 - Foto Moinho Velho	34
FIGURA 3 - Foto Käsekuchen	35
FIGURA 4 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber	37
FIGURA 5 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber.....	38
FIGURA 6 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber.....	38
FIGURA 7 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber.....	39
FIGURA 8 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber.....	39
FIGURA 9 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber.....	40
FIGURA 10 - Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber	40
FIGURA 11 - Foto Igreja São João Batista	42
FIGURA 12 - Foto Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.....	43
FIGURA 13 - Foto Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.....	43
FIGURA 14 - Foto Igreja Batista Emanuel.....	44
FIGURA 15 - Foto Igreja Batista Emanuel.....	45
FIGURA 16 - Foto Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke.....	46
FIGURA 17 - Foto Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke.....	46
FIGURA 18 - Foto Estação Ferroviária Belizário.....	47
FIGURA 19 - Foto Estação Ferroviária Belizário.....	47

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Colégio Evangélico Panambi
COTRIPAL	Cooperativa Tritícola Panambi Ltda
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAHP	Museu e Arquivo Histórico de Panambi
MEC	Ministério da Educação
Profhistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
RS	Rio Grande do Sul
TIC's	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I - O ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	16
CAPITULO II – O MUNICÍPIO COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO.....	24
CAPITULO III - CONHECENDO A CIDADE DE PANAMBI, A PARTIR DO MY MAPS.....	31
3.1 BENS PATRIMONIAIS DE PANAMBI	34
3.1.1 - Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann e Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt	34
3.1.2 - Moinho Velho	35
3.1.3 - Feira do Produtor e o Käsekuchen	37
3.1.4 - Praça Engenheiro Walter Faulhaber	39
3.1.5 - Igreja São João Batista.....	43
3.1.6 - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	45
3.1.7 - Igreja Batista Emanuel.....	46
3.1.8 - Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke	48
3.1.9 - Estação Ferroviária Belizário.....	49
CAPITULO IV - PRODUTO.....	51
V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em todo o território brasileiro a partir de 2020, gerou uma série de reflexões sobre a Educação no país e impactou diretamente na prática docente.

Mas, porque a BNCC teve tanto impacto na Educação Básica agora se já era prevista na Constituição Federal de 1988?

Vivemos nas últimas décadas um período de transição, onde ocorrem aceleradas mudanças tecnológicas, culturais e sociais, porém a mais profunda ocorreu nas crianças e adolescentes, que já nascem adaptados à cultura digital, ao contrário das gerações anteriores que necessitam aprender essa nova forma de viver.

Esse conjunto de mudanças atinge diretamente a sala de aula, novos perfis de alunos implicam em transformações pedagógicas e em novos processos de aprendizagem que por diversas vezes coloca em oposição gerações tão distintas.

Sendo assim, alterações significativas no sistema educacional brasileiro se fez necessário e por isso a implementação da Base Nacional Comum Curricular, que é definida pelo Ministério da Educação (MEC) como um documento normativo que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no país, por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito.

Ao estabelecer conhecimentos, competências e habilidades o documento direciona seu olhar para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

A BNCC define dez competências gerais que englobam os seguintes aspectos: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; argumentação; cultura digital; autogestão; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; autonomia e responsabilidade.

Portando, nesse documento que serve de referência para a Educação de Estados e Municípios de todo o território nacional é contemplado elementos cognitivos, sociais e pessoais a serem desenvolvidos pelos alunos e se aplicam a toda a área do conhecimento independentemente do componente curricular.

Seu objetivo não é planejar uma aula específica sobre cada uma das competências contempladas na BNCC, mas articular as competências às habilidades relacionadas às áreas do conhecimento.

Nos últimos dois anos, professores e gestores educacionais de todo o país, das redes públicas e privadas se uniram em um objetivo comum, analisar a Base Nacional Comum Curricular e repensar seus currículos e suas práticas pedagógicas colocando nos estudantes um importante papel de protagonismo e se colocando como um mediador do conhecimento.

Para tanto, se requer um ambiente de aprendizagem diferente do até então comum nas salas de aulas brasileira, mais desafiador e motivador que estabeleça ligações entre diferentes contextos e realidades.

Nesse contexto de estudo e implementação da BNCC, o município de Panambi, localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, utilizou nos anos de 2018 e 2019 as formações continuadas dos professores da rede municipal para elaborar um referencial curricular da Educação no Município e desafiar os profissionais da educação a elaborar projetos interdisciplinares que contemplassem as dez competências gerais da BNCC.

Dessa forma, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Leopoldina, de Panambi/RS, do qual faço parte do quadro docente, lecionando a disciplina de História para os anos finais do Ensino Fundamental, desenvolveu o projeto intitulado “A vida do aluno registrada no My Maps”.

Um projeto interdisciplinar que atendia as competências e habilidades da BNCC, mas também levava em conta o contexto familiar, cultural e social dos alunos além de abordar as novas tecnologias.

Ao elaborar esse projeto, em conjunto com os demais professores da referida escola, foram levantados muitos questionamentos em todas as áreas do conhecimento pois tratava-se de uma reflexão da prática pedagógica e uma abordagem metodológica diferente no contexto escolar até então.

Aquelas reflexões nos instigaram a propor um material pedagógico utilizando tecnologias de informação como recurso metodológico, para a aprendizagem da História fora do ambiente escolar, o que requer uma pesquisa científica sobre conceitos e práticas pedagógicas.

A ideia central é trazer uma visão mais ampla do patrimônio cultural de Panambi para a sala de aula, vincular a aprendizagem a problemas reais, trabalhar a partir da diversidade dos objetos de conhecimento e preparar o aluno para ser um pesquisador. Desenvolveu-se, a

partir de então o presente trabalho, cuja a temática é o ensino da História de Panambi/RS através da Educação Patrimonial na Educação Básica, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Os objetivos almejados são inventariar os bens patrimoniais do município de Panambi-RS passíveis de serem catalogados no My Maps e sistematizar as diferentes possibilidades de compreensão do conceito de Patrimônio, tendo como metodologia a própria Educação Patrimonial e o Estudo do Meio. O produto apresentado é um mapa interativo dos bens patrimoniais do município de Panambi-RS, para utilização nas aulas de história dos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

CAPITULO I - O ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ensino no Brasil vive atualmente uma conjuntura de transformações, resultantes principalmente da implementação da Base Nacional Comum Curricular - documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica –, de descompassos entre as diferentes realidades sociais que se agravaram a partir do isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19, das dificuldades das instituições escolares em atender de forma igualitária o preceito de garantir a qualidade no processo de ensino aprendizagem e da ampliação do acesso de novas tecnologias à sala de aula.

Esse período de transformações sociais rápidas no qual estamos inseridos, traz como consequência a obrigatoriedade de se repensar a forma de ensinar e aprender. É fundamental que a Escola enquanto instituição que fornece o processo de ensino para alunos, repense seu fazer cotidiano, construindo práticas mais significativas e com maior aplicabilidade na vida dos alunos. É a chamada Educação Integral, tomando forma no ensino público brasileiro, unindo a educação, seus conhecimentos científicos e sua organização as dinâmicas da vida e socialização dos indivíduos.

O que se propõem na Educação Integral é trazer para a sala de aula as vivências cotidianas dos alunos, desafiando-os de forma lúdica a avançar em sua trajetória escolar. Nada mais de conteúdos e informações desconectadas com a realidade diária, a proposta é considerar as características individuais, culturais, sociais, cognitivas e afetivas do educando contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual. Para essa Educação Integral ocorrer de fato, se faz necessário, refletir as práticas docentes incorporando nelas assuntos e metodologias para sanar os desafios sociais que temos no Brasil contemporâneo:

Insurgência e incorporação de novas tecnologias na produção, na organização e na socialização de conhecimentos acessíveis às crianças e aos jovens — vídeos-game, jogos on-line, *lan house*, sites de busca, etc. O que impacta diretamente a organização escolar por questionar a lógica de que apenas os adultos são os detentores do conhecimento que ensinam às crianças com nenhuma informação prévia à escola; emersão de novas demandas educacionais articuladas na esfera pública por aqueles que tradicionalmente não têm acesso à rede social de proteção a ser garantida pelo Estado aos cidadãos: sem-teto, sem-terra, populações de rua, assentados, imigrantes, quilombolas, indígenas. Esses sujeitos não querem apenas vagas nas escolas, mas uma escola que reconheça sua cultura, seus saberes e suas práticas sociais dispersas socialmente; intensificação do entrelaçamento entre o “local” e o “global”, em que diferentes culturas se interpenetram e relativizam o nosso olhar sobre o mundo ao nosso redor. Podemos criar e postar vídeos, textos, música, enfim, uma infinidade de possibilidades em que cada um pode se tornar produtor, além de consumidor cultural numa outra dinâmica não ensejada pela

escola; inserção ainda maior das mídias no cotidiano que encurtam as distâncias e fazem com que possamos nos inserir em comunidades globais instantaneamente. As relações face a face passam a ser mediadas tecnologicamente ou mesmo convenientemente embaralhadas em redes de relacionamento que relativizam a capacidade da escola de propor um referencial universal de conduta ética frente à diversidade de experiências virtuais e de seus potenciais riscos reais; constituição, no mundo público, de recortes geracionais específicos, em que ser criança e jovem ganham autonomia e relevância frente ao mundo dos adultos. A escola e suas prescrições são vistas como limitadoras dessas expressões subjetivas que, muitas vezes, veem essas manifestações como indisciplina, enquanto esses sujeitos buscam reconhecimento de sua cultura com suas roupas, piercings, tatuagens, etc. (Educação integral e integrada: Módulo IV – A escola e a cidade: políticas públicas e pedagógicas, 2010, p. 21.)

O professor, ao incorporar em suas práticas pedagógicas as experiências, vivências e elementos significativos dos educandos, os tornam agentes portadores de cultura, e isso é fundamental, por exemplo, para a disciplina de História.

O ensino de História é um espaço rico de possibilidades de se trabalhar com a Educação Patrimonial. Desde a primeira fase escolar é possível falar em história, memória, cidadania. Os alunos e alunas podem se sentir herdeiros das suas próprias historicidades fincadas nos seus espaços locais. Pode ainda compreender como a memória local – individual, familiar e coletiva – está na configuração do que entendemos como “patrimônio cultural”. (APOLINÁRIO, 2012, p. 63)

Afinal, todo indivíduo é cercado de cultura, mas a historicidade dessa cultura só é determinada e, de certa forma determinante, conforme as etapas da educação histórica: a primeira é o seu núcleo mais próximo, ou seja a família, o segundo é a escolarização formal (que não aborda em todo o seu processo as questões históricas), e, por fim, chegamos a autonomia do pensamento histórico que se estende por toda a experiência de vida do indivíduo, neste ponto se faz uma ponte com a prática docente de história na educação básica, pois são os projetos pedagógicos que muitas vezes induzem os discentes à experiências históricas. Assim, conforme Martins (2019, p. 19):

Conhecer sua cultura, seu grupo social, sua origem, sua formação e o contexto – a cada dia mais interdependente – das sociedades em um mundo globalizado tornam-se objetivos cruciais dos processos educacionais. São componentes da consciência de cada indivíduo, tomados de história. A história é o meio-ambiente cultural em que todos e cada um constituem, estendem, aprofundam e consolidam sua identidade, individual e socialmente. Essa é a razão pela qual a ‘educação histórica’ é uma combinação substantiva no âmbito da constituição da consciência histórica, na prática do pensamento histórico e na sedimentação da cultura histórica. Como toda vivência existencial dos agentes racionais humanos, a reflexão historicizante é permanente. Ela processa cada experiência concreta a cada momento, de modo a fazer sentido na consciência do indivíduo em tríplice perspectiva: interpretativa do passado, explicativa do presente e projetiva do futuro. Não lhe basta, segundo parece, descrever ou listar experiências e ocorrências. É-lhe preciso entender,

articular, explicar, interpretar, projetar. Para tanto, torna-se imperativo pensar, refletir, colocar em perspectiva temporal o vivido, ontem como hoje, assim como projetar o vivido possível (ou esperado, intencionado) amanhã.

A consciência histórica consiste da memória, tanto coletiva quando individual com referência das informações do qual tem e trabalha, ela se relaciona com a cultura histórica. Na escolarização formal a consciência histórica de docentes e discentes interagem em uma comunicação das gerações, das convivências culturais e na produção de conhecimento histórico. E este aprendizado se reflete tanto para discentes quanto para docentes que evoluem na vida sociocultural e no exercício profissional.

A prática social da cultura histórica resulta no pensamento histórico inserido de cultura e memória histórica que, quando contextualizado, produz as narrativas históricas.

O estudo do patrimônio histórico para além de desenvolver o pensamento e o conhecimento histórico dos alunos apresenta uma outra finalidade, desenvolver a consciência histórica e patrimonial dos alunos. Após os alunos terem a oportunidade de conhecer e compreender o valor das fontes patrimoniais, maiores serão as possibilidades de lhes conferirem significância histórica, desenvolvendo atitudes de preservação e valorização do patrimônio. Pois só podemos preservar e defender o que conhecemos. (ALMEIDA e SOLÉ, 2015, p. 242).

A consciência histórica faz parte da didática da história, pois abrange as operações básicas de constituição histórica de sentido: perguntar, experimentar, interpretar, orientar e motivar. Isso porque no espaço social a aprendizagem histórica é um processo da consciência histórica onde entender como se escreve história é explicar o entendimento histórico do historiador e seus procedimentos ao transformar suas pesquisas em uma narrativa historiográfica.

Esta via pode ser facilitada também através da Educação patrimonial, pois essa reflexão histórica produz três resultados: o primeiro é a consciência histórica, mencionada anteriormente; o segundo é a ciência da história, seus procedimentos metódicos e os recursos teóricos; e o terceiro é a cultura histórica que é a união da historiografia (totalidades dos produtos narrativos científicos que tratam da história humana) e da consciência difusa.

Ao nível da educação formal, para se promover uma Educação Patrimonial sistemática e fundamentada, é essencial: proporcionar recursos e atividades desafiadoras das concepções prévias dos alunos; selecionar conteúdos relacionados com a história local/regional, introduzindo de forma interessante e adequada ao currículo a abordagem do patrimônio, recorrendo a um museu ou a um sítio histórico na área próxima da escola; usar fontes patrimoniais de forma a desenvolver a compreensão dos conceitos históricos pelos alunos e a interpretação dos contributos culturais, sociais e económicos de diversos grupos nas suas comunidades. (PINTO, 2015, p. 68).

O texto: “O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas”, de Elza Nadai, põe em evidência pontos importantes da crítica sentida, ainda atualmente, sobre o ensino de História, tais como, aprendizagem baseada na memorização de fatos/personagens históricos, o conhecimento sendo repassado como algo pronto e acabado, e não como um processo de construção, pois a finalidade é repassar os conteúdos aos alunos.

A autora se propõe no texto construir repostas para alguns questionamentos que, na última década, educadores, principalmente da área de história, tem levantado, mas que eram anseios desse mesmo grupo na década de 1990, quando o texto foi escrito. São eles: em que medida as questões apontadas sobre o ensino de história são validadas para a juventude e a escola contemporâneas? Terão os estudantes superado a ideia “de que a história como é ensinada é realmente odiosa”? E os professores partiram para a organização de outras práticas pedagógicas mais significativas? Em que medidas discurso e práticas se unificam e para onde apontam?

Para esse estudo, a autora se baseou em três marcos: a criação do primeiro estabelecimento seriado oficial de estudos secundários, que marcou a introdução de História no currículo, no Brasil do século XIX, a instalação de cursos específicos dedicados a formação de docentes para o ensino secundário, no século XX e as mudanças na escola e na sociedade civil brasileira no pós-guerra, principalmente nas décadas de 60/70, do século XX.

Esses marcos, juntamente com os mencionados anteriormente, refletem diretamente na relação das finalidades da escola, nos conteúdos do ensino e nas formas de ensinar no Brasil. Analisando o texto da Elza Nadai, observa-se que em nosso país a constituição da história como disciplina escolar ocorreu juntamente com a organização de movimentos com discursos laicos sobre a história universal, o que na realidade era uma disputa entre o poder religioso e os avanços do poder civil (laico).

Neste contexto, estrutura-se no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II, referência no ensino secundário durante o Império e que permaneceu na República. Os estudos históricos faziam parte do currículo, a partir da sexta série, mas eram baseados e influenciados por compêndios franceses, cujas mudanças nos programas de estudos da disciplina ocorriam conforme as modificações ocorridas nos liceus franceses.

Portanto, a história estudada no início do sistema educacional brasileiro foi a História da Europa Ocidental, colocada como única e verdadeira história da civilização. Havia um breve estudo sobre a história nacional, a chamada História Pátria, para os anos finais do ginásio, mas este consistia na biografia dos considerados homens ilustres, registros de datas e batalhas consideradas relevantes para a nação.

Aprofundando a análise percebe-se que há resquícios desse sistema de ensino estrangeiro até os dias atuais, os estudantes por não ter uma cultura de valorização da história nacional são levados a não considerar a nossa história como algo digno de interesse, pois na escola ainda é priorizado a história europeia, suas guerras, cultura e periodização, e a estadunidense por seus ideais de liberdade, entre outros.

Proposta está, advinda do modelo de colonização e, posteriormente da construção parcial da identidade nacional durante o Império, e na chamada Primeira República, que excluiu os nativos, os africanos escravizados e as mulheres.

Outro ponto interessante do texto de Elza Nadai, é a aceitação da história como disciplina curricular, pois havia um grande questionamento no século XIX, que persiste nos dias atuais, sobre a história ser considerada ciência, visto que dentre os muitos e variados os caminhos que a história toma para explicar determinado assunto, está a pesquisa documental, arqueológica, etnográfica, etc.

No século XIX, a dúvida era em relação a Introdução da História da Civilização por onde iniciar, e por ter tantos caminhos (gregos, egípcios, ingleses etc.) não poderia ser considerada a história ciência pois, não se comprovaria qual estava correta.

Hoje a dúvida está em relação aos métodos e teorias da história, que por ser uma ciência humana/social não se faz exata, havendo constante modificações conforme os avanços nas pesquisas.

Como destacado no início deste texto, a implementação da BNCC em todas as escolas do país colocou os professores em uma posição de revisão de suas práticas pedagógicas e às escolas a função de reorganizar seus currículos, tendo como norteadora as habilidades e competências gerais da educação básica descritas no referido documento.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, p.9).

Ressalta-se aqui, que a BNCC, apesar de contar com a participação de profissionais da educação em sua elaboração, não contempla na disciplina de História, em sua totalidade de assuntos considerados de suma importância para a aprendizagem histórica, principalmente em relação a alguns períodos históricos, como o Período Regencial e a Ditadura Civil Militar. Isso pode ser relacionado a representação da ideia de nação e de cidadão embasados em uma identidade comum que constituiu a nacionalidade brasileira.

Com isto, é ensinado nas escolas que havia desigualdades nos grupos sociais, revoltas, dominação de um grupo social sobre outro, criando-se assim, um negacionismo histórico e uma falsa identidade nacional.

Nos séculos XIX e XX, se atentarmos para os programas, currículos, livros didáticos e materiais de ensino, perceberemos que a disciplina de História também teve esse papel de ensinar a construção de uma identidade nacional, e este foi o sentido do currículo escolar e sua linha definidora.

Todos os conteúdos eram determinados pelas ideias de nação, pátria e cidadão, num convívio harmonioso sem conflitos entre seus diversos grupos sociais (indígenas, imigrantes/colonizadores e africanos escravizados) que construíram uma sociedade democrática.

O resultado dessa política educacional, reproduzida por mais de um século nos programas de História, e que está retornando para as bases curriculares atuais, é a construção de um país ilusório que mascara as desigualdades sociais, as dominações políticas, raciais e sociais. Isso faz com que seus habitantes desconheçam sua trajetória histórica. Sendo assim:

A escola deveria ampliar o seu contexto de aprendizagem permitindo aos alunos contatar diretamente com as fontes patrimoniais que lhes são disponíveis, promovendo o estudo da história local, quer em contexto museológico como no seu contexto de pertença. Deste modo, os alunos ao terem a oportunidade de contatar com fontes patrimoniais realizariam inferências e deduções, construindo o seu conhecimento histórico. (ALMEIDA e SOLÉ, 2015, p.241)

A história, enquanto disciplina nos séculos XIX e XX, obedecia a uma cronologia política, regular e sucessória (as ações se explicavam sucessivamente), os agentes sociais históricos visíveis eram apenas o Estado e as elites.

O que se observa nas últimas décadas, devido principalmente a chegada de um maior número de estudantes nas universidades brasileiras, é o que o ensino de História deixou de ser expressamente político e passou a se preocupar mais com o social e o econômico (com as relações entre os diversos grupos sociais).

A metodologia do ensino de história foi motivo de grande crítica por parte dos educadores progressistas na década de 1920, que alegavam a necessidade de reformular o ensino da disciplina que corria o risco de não alcançar os objetivos educativos, já que se baseava na memorização excessiva e na periodização política.

Assim, foi sugerido então, a necessidade de os alunos adquirirem hábitos de investigação e análise crítica, cuja memória seria um ponto muito útil. Para essa inovação educacional foi necessário a instalação dos primeiros cursos universitários direcionados para a formação do professor secundário, em 1934, no caso específico do curso de História que ainda se tinha como base os estudos franceses.

Realizando um comparativo, a metodologia do ensino é também um motivo de grande debate entre os educadores contemporâneos, com a Segunda Guerra Mundial, o advento da globalização e das novas tecnologias se tornou imprescindível mudanças nas concepções e nas práticas pedagógicas.

Pois, a urbanização e a industrialização levaram a generalização do ensino até então elitista, a partir da década de 1960, o que ocasionou na contradição do currículo escolar que tinha uma proposta de ensino voltada para a legitimação do poder pela elite, mas que passava a ensinar para os mais diversos setores sociais.

Dessa forma, surgiu diversos modelos de escolas que procuravam inovações pedagógicas e a interdisciplinaridade onde o aluno é o protagonista do seu processo de aprendizagem.

[...] no plano da Educação formal e não formal os jovens podem e devem envolver-se ativamente num processo de construção das suas identidades individuais e coletivas numa perspectiva de diálogo intercultural e humanista, respeitando os

valores patrimoniais de outros povos, lugares e culturas, mas sem abdicar das suas próprias. (BARCA, 2015, P. 65)

Referente a História, há uma ampliação de suas funções curriculares, onde se enfatiza o seu caráter interpretativo e problematizador, interagindo com outras áreas do conhecimento. Valorizando e utilizando diferentes fontes históricas, abordando novos temas, de cunho mais sociais (saindo do objeto e focando no sujeito).

O trabalho com o patrimônio não pode ser uma simples acumulação de conhecimentos. Ele deve ajudar à estruturação do tempo e do espaço, a desenvolver a educação dos sentidos e, mais particularmente, a capacidade de ver, a despertar a curiosidade, a partir para a descoberta do outro. Além desses, há objetivos muito ambiciosos, mas estimulantes: tornar o aluno mais responsável, levá-lo a fazer escolhas, propor uma reflexão crítica, apropriar-se do território em que vive [...] (ICHER, 2008, p. 158)

Neste contexto, a aprendizagem da história a partir do patrimônio cultural das cidades e/ou comunidades é uma das formas de enfatizar um novo pensar histórico com conteúdo e método em prol da aprendizagem histórica.

CAPITULO II – O MUNICÍPIO COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO

O sentir-se pertencente a um grupo é um dos elementos fundamentais da constituição de qualquer cidadão. Mas, para que esse sentimento de pertencimento ocorra necessita-se reconhecer a importância da identidade cultural, que pode ser nacional, em um nível mais amplo, ou local em sua própria comunidade.

A identidade cultural baseia-se tanto nas semelhanças quanto nas diferenças entre os grupos sociais, e o patrimônio cultural contribui para esse reconhecimento de identidade, por estar constantemente em transformação de sua paisagem cultural e intimamente ligada a cidadania.

Mas o que é Patrimônio? E por que está relacionado a construção da identidade cultural? Por estamos nos referindo a área da História, vamos utilizar o patrimônio como um conjunto de bens produzidos por outras gerações, que na atualidade deseja manter-se permanente.

A seleção do patrimônio que representará, por exemplo, um município depende de uma atribuição de valor dado a ele conforme as concepções e ideologias daquela sociedade em determinado contexto histórico. Esse atribuir valor é um dos pontos centrais do patrimônio.

A Constituição do Brasil de 1988, no seu artigo 216, apresenta a seguinte definição sobre o assunto:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor históricos, paisagísticos, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Ao utilizar o termo patrimônio cultural estamos nos referindo, portanto, aos diferentes resultados da ação do homem como bem cultural. Conforme Maria Beatriz Pinheiro Machado:

[...]bem cultural é resultado da ação do homem, fruto da relação que estabelece com a natureza e com os outros homens. Quando o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, através do trabalho, ele produz objetos, cria instrumentos e utensílios, estabelece normas, elabora regras de convivência, expressa seus sentimentos e emoções, lida de diferentes formas como os elementos extra-humanos e organiza ritos e celebrações para expressar suas crenças[...] (MACHADO, 2004, p.12)

Dessa forma, são os resultados da ação do ser humano que testemunham cada período histórico e os bens culturais recebidos de outras gerações que atribuídos de significação formam a identidade cultural da sociedade. Desconsiderar então essa memória coletiva é desprezar nossas próprias raízes.

O Patrimônio Cultural pode ser classificado em: Patrimônio Material (objetos, monumentos, vestimentas, obras de arte etc.) e Patrimônio Imaterial (músicas, crenças, celebrações, saberes, lendas, ofícios etc.). Sendo que a partir dessa classificação subdividem-se conforme suas especificidades: Patrimônio arquitetônico ou edificado, Patrimônio ambiental ou natural, Patrimônio arqueológico, Patrimônio artístico, Patrimônio religioso ou sacro, Patrimônio da humanidade ou Patrimônio mundial, Patrimônio histórico, Patrimônio museológico, Patrimônio Bibliográfico entre outros.

A ação mais eficaz hoje para a preservação do Patrimônio Cultural é ensinar os diferentes grupos sociais da existência deles. Esse conhecimento é a condição necessária para a preservação, apropriação e conservação do Patrimônio Cultural. Trabalhar com a metodologia da Educação Patrimonial nas escolas é um passo muito importante para se alcançar esse objetivo.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, 1999, p. 6).

Uma ação possível nas escolas é a utilização de procedimentos para proteção do patrimônio como o inventário:

Inventariar é realizar um dos procedimentos para o conhecimento e proteção do acervo cultural de uma comunidade. Consiste no levantamento de dados relativos aos bens existentes a serem objetos de preservação. Quanto maior for o envolvimento da comunidade nesse levantamento, maior será seu comprometimento com o patrimônio cultural. A realização de um inventário pressupõe a seleção, identificação e caracterizações dos elementos que fazem parte do patrimônio cultural [...] (MACHADO, 2004, p. 20).

Abordar a produção cultural das gerações passadas da história local (região, cidade e bairro por exemplo) nas escolas nos permite um novo olhar sobre fazeres e saberes advindos dos processos da memória e estruturação dos espaços que hoje estamos usufruindo. Portanto, a Educação Patrimonial consiste nesta implementação de ações educativas de investigação que permite a apropriação e valorização da identidade e da cidadania:

Intrínseco ao conceito de património emerge como valor, a identidade. A identidade é compreendida como um elemento diferenciador de cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos num quadro de referências concretas. Por outras palavras, o património ao ser compreendido como fonte para a compreensão histórica proporciona ao indivíduo a oportunidade de, através dos seus vestígios e testemunhos do passado, construir o seu conhecimento histórico e consequentemente, a sua identidade. Apesar do património nos permitir indagar e conhecer o passado, este não deve ser compreendido como uma reserva ou recordação do mesmo, limitando-se a auxiliar na compreensão histórica dos principais factos da História, assim como, não deve ser rejeitado como algo que já não faz parte do nosso presente. O património e os valores que lhe são intrínsecos, presenteiam-nos como sendo um legado das gerações antepassadas, que merecem ser cuidadosamente preservados e valorizados, permitindo salvaguardá-los para as gerações futuras. Desta forma podemos concluir que o património, mais do que um legado que nos foi presenteado, e apesar das vicissitudes por que passou e das crises a que resistiu, ele desempenha uma função social importante que é simultaneamente coletiva e individual. O património visa unificar os grupos heterogêneos em torno de uma adesão comum, auxiliando cada membro da sociedade a definir-se individualmente face a uma herança. (ALMEIDA e SOLÉ, 2015, p. 236-237)

Todos nós em nossa formação, enquanto indivíduo, carregamos um conjunto de representações que construímos acerca do lugar onde vivemos. E esses conhecimentos prévios que possuímos sobre o nosso entorno, sobre a escola e a possibilidade de efetivação, quando o aluno participa do processo de ensino aprendizagem deixando a ser apenas um receptor de informações.

Para isso, trabalhar com conceitos de memória, patrimônio, identidade em sala de aula deve provocar um processo cognitivo e articulado da concepção de História.

O uso da história local no ensino da História reporta a história de pequenas localidades que, motivados pelos estudos nas áreas sociais, procuram recuperar a memória da formação da sociedade como um todo, as trajetórias das pessoas em seus ambientes.

Como coloca Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, há inúmeras possibilidades de trabalho com a história local para a aprendizagem dos educandos, entre elas: possibilita a inserção do educando na comunidade em que faz parte, criando sua própria historicidade; gera atitudes investigativas, baseadas no cotidiano que ajuda a refletir sobre a realidade social, econômica, política e cultura; estabelece continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências além de ser um instrumento para a construção de uma história mais plural que de voz a todos.

Esse trabalho com a história local no ensino de história, favorece a recuperação de experiências individuais e coletivas dos educandos, pois ao problematizar o local onde vive o aluno vê esse lugar como parte da sua construção de consciência histórica.

Na prática, percorrer as ruas do município em busca de pistas para a leitura da história da cidade vai além da observação das edificações visíveis materialmente, pois com a pesquisa inventário revela-se também o patrimônio imaterial, o que está impregnado em nossa forma de ser e agir enquanto membros daquela comunidade, os saberes e fazeres das pessoas que ali habitam e circulam.

Portanto, segundo Pérez, devemos entender o município, também, como um espaço educativo:

Tomar a cidade como um espaço educativo norteador da prática pedagógica é possibilitar ao educando (crianças e/ou adultos) refazer a leitura do mundo que o rodeia, ampliando sua compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido a partir do (re)conhecimento dos chamados “bens de pedra e cal” – seu patrimônio material – e de um amplo e diversificado acervo de expressões culturais, tais como festas, danças, músicas, técnicas, saberes e fazeres – seu patrimônio imaterial. (PÉREZ, 2008, p. 15)

Neste sentido, no contexto local, a história passa a ter uma dimensão social, oriunda da vida cotidiana, dos modos e práticas culturais e das relações sociais estabelecidas em torno do seu território, que interagem com a história global.

A realização da vida em sociedade acontece em uma dimensão de tempo e de espaço que se convencionou chamar de território. A sociedade, ao se apropriar e fazer uso de um território, compartilha o domínio das condições de produção e de reprodução da vida. O território significa a constituição necessária de laços que se definem no plano material da existência, como também nos investimentos simbólicos, éticos, morais e estéticos que revelam o sentido próprio da sociedade. Pertencemos a um território, o guardamos, o habitamos e nos impregnamos dele, ao realizar o nosso modo de existir. A gestão do território se faz em meio a uma complexa rede de relações que envolvem diferentes grupos sociais, cada qual com seus interesses particulares e estratégias específicas. Promover, portanto, o encontro entre modos diferentes de existir configura-se no desafio de constituir visibilidades das diferenças como matéria necessária para a formação do ser, para a construção de identidades (pessoais, culturais, políticas, religiosas e sociais) e de reconhecimento e respeito do outro. (Educação integral e integrada: Módulo IV – A escola e a cidade: políticas públicas e pedagógicas, 2010, p. 46.)

O município é um espaço social e portando um lugar de aprendizagem, e a sua comunidade necessita para seu pleno desenvolvimento reconhecer como espaços educativos todos os seus cantos, ruas, praças, construções e manifestações culturais afim de valorizar sua trajetória histórica.

O espaço é, antes de tudo, produto de uma cultura, na medida em que não há um “mundo natural”, ou seja, os diferentes espaços da nossa cidade são produtos das relações humanas, fruto dos fenômenos culturais e sociais. Em outras palavras, o espaço é produto das esferas econômica, política, social, cultural e ideológica. São

os atores sociais que transformam os espaços físicos em lugar, por meio da produção de estilos com estruturas particulares de significados, os quais envolvem memória, sentimento de pertença e afirmação coletiva. O espaço (lugar) é condição necessária para a construção de identidades grupais e individuais com e na cidade. Nesse sentido, o espaço público possui uma dimensão socializadora para muitos cidadãos que se apropriam dele para encontros, interações afetivas ou mesmo como palco para a expressão da cultura que elaboram. Dessa forma, muitos sujeitos colocam na cena pública marcas identitárias e saberes sobre a cidade, às vezes considerados marginais ou ilegais. Ao mesmo tempo, as ressignificações nos usos dos espaços e dos equipamentos públicos configuram relações de proximidade e de distância entre os sujeitos, possibilitando competições entre grupos sociais que podem levar a novas segregações do espaço citadino. (Educação integral e integrada: Módulo IV – a escola e a cidade: políticas públicas e pedagógicas, 2010, p. 27)

Ao colocar o município como objeto de estudo, estamos utilizando a metodologia de ensino do Estudo do Meio, que promove situações que levam os indivíduos a problematizar e reconhecer suas realidades a partir das observações das relações sociais em que estão inseridos. Como é um método de investigação, o Estudo do Meio é o início do trabalho a ser desenvolvido e envolve a problematização, a pesquisa e a intervenção. Em conjunto com o Estudo do Meio temos a Educação Patrimonial, metodologia de ensino que aborda através dos passos do inventário, uma sequência de ações que possuem como objetivo orientar professores no planejamento de suas ações pedagógicas.

Essa metodologia de ensino pode ser aplicada em qualquer contexto educativo, tanto em espaços formais de ensino como escolas e universidades, quanto em espaços não formais como diferentes espaços da cidade, praças, museus entre outros. Segundo Maria de Lurdes Parreiras Horta, a Educação Patrimonial é:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (HORTA, 1999, p. 6)

Sendo um processo sistemático a Educação Patrimonial orienta-se em quatro pilares: na observação, registro, exploração e significação. Na observação é realizado o exercício de percepção sensorial, identificando a função ou significado social do objeto estudado. No registro é sistematizado e inventariado as informações que o objeto de estudo oferece.

Na exploração é realizado a busca em diferentes fontes históricas dos significados atribuídos ao objeto de estudo, como ele é interpretado e valorizado. Na significação ocorre a apropriação dos significados atribuídos ao objeto cultural estudado, é a síntese das etapas anteriores e o reconhecimento de que aquele objeto estudado lhe pertence.

Ao utilizar a metodologias da Educação Patrimonial busca-se contemplar o Estudo do Meio, a fim de desenvolver habilidades cognitivas em nossos alunos, pois os colocam em busca do conhecimento, como protagonistas da sua própria construção do conhecimento, de saberes e fazeres.

Dessa forma produzem identidades, problematizam o mundo em que vivem e podem realizar intervenções sociais, pautadas na preservação patrimonial, na valorização da memória cultural.

O trabalho pedagógico desenvolvido a partir da temática do patrimônio cultural proporciona a aquisição de noções mais amplas para a sociedade, como o conhecimento da identidade, cidadania, preservação ambiental e cultural, auxiliando na aquisição de competências e habilidade que favoreceram a formação integral do aluno.

Como a proposta é realizar um levantamento para identificação dos bens patrimoniais do município e abordar os conceitos históricos relacionados a temática, faz-se necessário registrar as informações coletadas e elaborar um roteiro no formato de mapa no aplicativo My Maps. Neste sentido, vamos contemplar também as metodologias ativas que envolvem os novos formatos de relações sociais através da rede e do acesso à informação, como é o caso das Tecnologias de Informação e Comunicação (Tic's).

Segundo Denise Simões Dupont Bernini, no artigo “Uso das Tics como ferramenta na prática com metodologias ativas”, o ensino através de metodologias ativas de aprendizagem favorece o desenvolvimento de competências, ao mesmo tempo que pressupõe a construção do conhecimento significativo. Sendo que conforme José Moran:

As metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada, híbrida. As metodologias ativas num mundo conectado e digital se expressam através de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. (MORAN, 2017, p. 24)

Neste sentido, destacamos que a tecnologia é todo meio que se usa para facilitar a vida humana em seus múltiplos momentos, através da informação, ou seja, a disseminação dos conhecimentos pretéritos, presentes e futuros, fazendo uso da comunicação como meio de interação, de diálogo, como forma de disseminação da informação.

Através dessa interação das Metodologias Ativas e as Tecnologias de Informação e Comunicação, tornou-se facilitada a manipulação de várias ferramentas históricas e suas aplicações sociais. Pois, agilizam a comunicação, compartilham informação, reduzem distâncias, aproximam realidades diferentes, entre outros.

A escola e, em particular, o espaço curricular reservado à História, é um ambiente essencial para o estudo e consciencialização dos significados do património (como mediador entre as marcas do passado e o presente) e deve pautar-se por uma preocupação com a valorização do ambiente, seja histórico, cultural ou natural. E se as visitas in loco se tornam muitas vezes difíceis de realizar por parte das escolas, as TIC podem constituir um excelente recurso para que os “sítios” patrimoniais entrem na aula de História. (OLIVEIRA & BARCA, 2014, p.132).

As Tecnologias da Informação e Comunicação possuem diversas características que se adequam ao projeto proposto, neste caso, em específico será utilizado recursos assíncronos, onde o usuário deixará as informações para troca de conhecimento. A difusão da informação será de um usuário para muitos e a interação/interatividade ocorrerá pelo potencial do recurso utilizado, ou seja, conforme novos conhecimentos forem sendo adquiridos, alterações serão realizadas para complementação das que já estão no aplicativo My Maps.

O My Maps é um aplicativo online do Google, que permite criar e personalizar mapas, tendo várias possibilidades de interação: definir rotas de passeios com marcação de locais, inclusão de fotos, vídeos e áudios, entre outros. Ele é um editor on-line compartilhado, gratuito e de fácil acesso.

A Base Nacional Curricular Comum trata as TIC's como mais um recurso de interação com o cotidiano ou como parte do contexto da vida dos alunos. Para os anos finais do Ensino Fundamental, o que se observa em sala de aula é o avanço, a multiplicação e o crescente acesso as tecnologias.

Os estudantes de hoje estão interligados a cultura digital, não somente como meros consumidores, mas como criadores de novas tecnologias e, por isso, se faz necessários incluí-las ao currículo escolar.

CAPITULO III - CONHECENDO A CIDADE DE PANAMBI, A PARTIR DO MY MAPS

O município de Panambi situa-se no Planalto Sul-rio-grandense, mais precisamente na extremidade sudeste da Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Localizada entre cerros e vales é banhada pelos rios Palmeira, Fiúza, Caxambu e Ijuí. Sua povoação data do início do século XIX com a ocupação portuguesa.

A ocupação portuguesa da região das Missões Jesuíticas, a partir de 1801, veio acompanhada pela doação de uma série de sesmarias, especialmente para militares, pelo Comandante Geral das Missões Orientais (ou Comando de Fronteira), com sede então, em São Borja, com o fim de ocupar e defender essa região. Tal sistema deu origem ao grande latifúndio pecuarista na região, ocupando em primeira linha, as áreas de campo. Essa era a estrutura fundiária do município de Cruz Alta. Já em Palmeira, a propriedade da terra estava mais indefinida, e predominava as extensas áreas florestais, bem como vários ervais, explorados de forme itinerante pelos ervateiros. Relativo à legitimação dessas posses no pós-Lei de Terras, nota-se que esse processo foi seguido com maior regularidade em Cruz Alta, justamente onde predominava o latifúndio, tanto que, no final do século XIX, a área de terras devolutas era quase insignificante, se comparada com Palmeira, onde predominava a posse precária. Assim, a colônia Neu-Württemberg ocupou, em parte, as terras de duas antigas sesmarias, concedidas entre 1810 e 1822, então já subdivididas em propriedades menores: a sesmaria do Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado, paulista, o qual, segundo Silveira (1979-:324-325) trouxe sua esposa, filhos e mais cem escravos, ocupando toda a área da costa da serra do rio Ijuí, estendendo-se ao norte dos arroios Corticeira (Fiúza), Palmeira, e entre o rio Alegre e o rio Divisa, até próximo à sede de Palmeira. Nessa área, “levantou sua casa de vivenda, senzala e mais benfeitorias”. No total, possuía mais de 16 ou 20 léguas quadradas de terras (mais de 57.600 ha ou 72.000 ha). A outra sesmaria pertenceu ao também paulista, Manoel José da Encarnação, localizada entre os arroios Corticeira (Fiúza) e Porongos (Caxambu), consistindo na área mais próxima da sede de Cruz Alta). (NEUMANN, 2009, p. 278/80).

Manoel José da Encarnação é registrado pela história oficial da região como o primeiro morador das áreas que hoje constituem o município de Panambi. Com a incrementação de uma política de povoamento ordenado no final do Segundo Reinado e início da República no Brasil, as regiões do norte e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul foram divididas em pequenos lotes rurais, também chamados de colônias, que formariam pequenas propriedades rurais vendidos aos colonos descendentes de imigrantes europeus ou a imigrantes europeus recém-chegados ao Brasil.

Este sistema de colonização formou núcleos de desenvolvimento fazendo surgir diversas colônias, como a Colônia de Neu-Württemberg, hoje os municípios de Panambi e Condor.

Mas antes da efetivação da colonização alemã, a região atualmente ocupada pelo município era habitada por índios guaranis e caingangues.

É importante destacar que o município de Panambi encontra-se hoje na antiga redução indígena de São João Batista, fundada pelo jesuíta Anto Sepp que estava localizada na margem esquerda do percurso superior do Rio Ijuí. Entretanto, Condor encontra-se na redução indígena de Santo Ângelo do Custódio, fundada pelo jesuíta belga Diogo de Hasse no ano de 1707 que estava localizada na margem direita do mesmo percurso fluvial. [...] (BEUTER, 2013, p.121).

O espaço deixado pelos índios guaranis catequizados após a Guerra Guaranítica, foi ocupado inicialmente por portugueses e seus descendentes, que recebiam a doação de sesmarias para ocupar e defender os territórios dessa região ou que se apossavam das terras.

Os territórios dos atuais municípios de Panambi e de Condor pertenciam a Cruz Alta e a Palmeira, respectivamente, ocupando, aqueles, em parte, duas sesmarias concedidas entre 1810 e 1822. (HEMPE, SANTOS, SCHEUER, WEHRMANN, 2013, p. 8).

Muitos desses povoadores luso-brasileiros, chegavam a essas terras por trilhas abertas pelos índios ao longo dos séculos e vinham a esta região em busca de gado para comercializar na feira de Sorocaba em São Paulo, os tropeiros como são denominados também favoreceram o surgimento do município. Com a implantação da colonização, estes se retiraram ou foram retirados, pressionados a vender suas propriedades, principalmente aquelas cobertas de matas, o que implicou a valorização das terras (NEUMANN, 2009).

A colonização alemã iniciou com a fundação da Colônia chamada Neu-Württemberg em 1898. O Dr. Hermann Meyer, em expedição realizada ao Mato Grosso, tomou conhecimento da existência de terras férteis no sul do país, a partir de então deu início ao processo de aquisição de terras para sua empresa colonizadora.

A colonização visava, inicialmente, imigrantes vindos de Württemberg, na Alemanha, mas também famílias vindas das antigas colônias da região de Estrela e de Santa Cruz do Sul. Desde 1888 as terras que hoje constituem o município de Panambi, juntamente com Santa Barbara do Sul faziam parte do 4º Distrito de Cruz Alta. Em 1916 há a separação de Santa Barbara do Sul, sendo a colônia de Neu-Württemberg elevada à categoria de Distrito, tornando-se o 8º vinculado a Cruz Alta, em 1938 há uma nova alteração para 6º Distrito. A colônia de Neu-Württemberg, foi se destacando economicamente nas primeiras décadas do século XX, chegando a ter uma significativa arrecadação:

Embora a colonização tivesse por objetivo o estabelecimento de camponeses e o desenvolvimento da agricultura, predominaram em larga escala imigrantes provenientes de áreas urbanas da Alemanha, onde desempenhavam as mais diferentes profissões. Esse tipo de imigrante, especialmente na década de 1920, fundou, na colônia Neu-Württemberg, as bases para o desenvolvimento da indústria e o crescimento urbano. Os imigrantes procuraram ocupar os espaços vagos, ou seja,

os terrenos urbanos e, economicamente, a indústria, enquanto os colonos nacionais se ocuparam com o comércio e a agricultura. (NEUMANN, 2009, p. 581).

Entretanto os investimentos realizados no então Distrito de Cruz Alta, eram abaixo do esperado pela arrecadação que a então colônia gerava, o que ocasionou um descontentamento da população e o desejo da emancipação.

A emancipação política-administrativa de Panambi ocorreu somente em 20 de dezembro de 1953, através de um plebiscito. Quatro anos antes já havia ocorrido um processo semelhante, marcado por diversos conflitos e fraudes que resultou em uma negativa aos projetos emancipacionistas, já que a área de Neu-Württemberg era distrito de dois municípios distintos Cruz Alta a qual pertencia Panambi e Palmeira das Missões onde Condor pertencia e que eram contrários ao desmembramento de seus distritos.

No entanto, a criação do novo município ocorreu quase um ano depois do processo emancipatório de 1953:

[...]Após o segundo plebiscito esperou-se mais um ano, até o dia 15 de dezembro de 1954, quando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul reconheceu o resultado das urnas e votou pela criação do novo município de Panambi que foi instalado então no dia 28 de fevereiro de 1955. (BEUTER, 2013, p. 408).

A partir desses fatos históricos da formação do município de Panambi é possível delimitar alguns bens patrimoniais relevantes culturalmente, socialmente e historicamente para a comunidade, principalmente para os estudantes que estão construindo sua identidade enquanto cidadãos.

A seleção dos bens patrimoniais listados abaixo parte de um levantamento realizado em sala de aula com estudantes dos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Leopoldina, os mesmo quando indagados durante a aula de História sobre quais bens culturais do município conheciam, relataram alguns pontos, que no seu entendimento seriam bem patrimoniais. A turma que está cursando o 7º ano, na referida escola, durante o ano de 2020, participou do Projeto *Educação Patrimonial em Ação no Município de Panambi/RS*, organizado pelo Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, sendo premiado, no ano de 2021, com um passeio baseado em uma *Trilha Interpretativa: Reconhecendo o Patrimônio cultural em Panambi/RS*. Sendo assim esses estudantes já haviam despertado a curiosidade de conhecer e conviver com os bens culturais do município e se apropriado deles enquanto patrimônio coletivo desenvolvendo o compromisso de preservá-los.

Dos nove bens culturais listados, a Estação Belizário é a única que localiza-se na zona rural do município, os demais estão na área urbana central e adjacências, muito próximas do dia-dia dos alunos que frequentam esses espaços por diferentes motivos: gastronomia, lazer, práticas religiosas entre outros. Conforme os estudantes conhecer melhor esses lugares, sua formação ou uso original é muito importante pois podem fazer parte da construção da história do município e debater o que pode e deve ser preservado.

3.1 BENS PATRIMONIAIS DE PANAMBI

3.1.1 - Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann e Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt

Figura 1: Foto Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

O Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann (Figura 1), popularmente conhecido como MAHP, está localizado junto ao Parque Municipal Rudolfo Arno Goldhardt, na Avenida Konrad Adenauer, nº. 355, centro da cidade. O parque é um recanto natural, com amplo espaço para encontros de lazer, esporte e promoção de eventos sociais diversificados. Conta com campo de futebol, quadras de areia, trilha ecológica,

ginásio de eventos, ginásio de esportes, parque infantil, academia ao ar livre, churrasqueiras, entre outros.

Entretanto seu principal atrativo é a pista para caminhadas em meio à mata nativa, as margens do rio Fiúza. Em meio a bela paisagem encontra-se o Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Organizado em 1968 no Colégio Evangélico Panambi (CEP), o Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP) tornou-se uma instituição municipal em 8 de novembro de 1989, com a denominação de Museu e Arquivo Histórico de Panambi.

Inicialmente localizado em espaços pertencentes ao Colégio Evangélico e a Comunidade Evangélica (IECLB), em 1990 foi transferido para o antigo casarão da Rua General Osório, conhecido como “castelinho”, e em 1995 foi instalado no Parque Municipal, junto ao ginásio de esportes. Em 2010 passou a denominar-se Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Conta com duas mil peças doadas pela comunidade panambiense, em sua maioria objetos representando os ofícios que impulsionaram o desenvolvimento econômico da então colônia Neu-Württemberg. Destaca-se em seu acervo uma réplica da Catedral de Ulm (Alemanha); um grupo de urnas funerárias indígenas; os documentos da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer que promoveu a colonização de Panambi; uma coleção de borboletas com cerca de 1500 exemplares; os livros da extinta Sociedade de Leitura Hermann Faulhaber e trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisas realizadas no arquivo histórico.

3.1.2 - Moinho Velho

Figura 2: Foto Moinho Velho



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Localizado na Rua do Recreio, nº 205, no bairro Parque Moinho Velho (Figura 2), atualmente é um restaurante renomado na região devido a originalidade de seu cardápio e atendimento familiar, já que oferece pratos típicos das gastronomia alemã como: joelho de porco, chucrute, torta de maçã, entre outros. Sua construção externa e seus ambientes internos apresentam em suas paredes tijolos preenchidos entrelaçados de madeira, com caibros em estilo enxaimel, além de todo o equipamento original do antigo moinho. Em 1902, os irmãos Weirich planejaram a construção de um moinho na Colônia de Neu-Würtemberg, às margens do Rio Fiúza, em um lugar de grande beleza natural. O trabalho artesanal exigiu toda a habilidade dos irmãos, que dispunham apenas de serras e machados para talhar o madeiramento. Não dispendo de finanças suficientes para concluir a obra, os Weirich venderam a área aos irmãos Streppel que, em 1903, conseguiram concluir as obras do Moinho. Durante anos o moinho foi utilizado pelos habitantes da então colônia. Ficou um tempo desativado, em dezembro de 1974 foi inaugurado o restaurante, a área havia sido adquirida por Hermann Wegermann e sua esposa Anne Marie teve a ideia de instalar no local um restaurante que funcionou até 1995. Após algumas reformas o ambiente foi reinaugurado sob nova direção em 2000, estando em pleno funcionamento até os dias atuais.

3.1.3 - Feira do Produtor e o Käsekuchen

Figura 3: Käsekuchen



Fonte: Acervo da Coordenadoria de Turismo de Panambi

A Feira do Produtor hoje localizada na rua Andrade Neves no centro da cidade próximo ao Arroio do Moinho, foi instituído através da Lei Municipal nº. 198/1963, sendo denominada de Feira Livre, cuja a finalidade era favorecer o desenvolvimento da produção e auxiliar o barateamento do custo de vida. Esteve localizada em diferentes locais, ao longo de sua existência, sendo que o terreno onde está construído atualmente foi doado ao Poder Público Municipal no ano de 2013 pelo Piratini Futebol Clube. Desde a década de 1960 a EMATER, tem sido parceira e coordenadora da Feira do Produtor, prestando assistência técnica ao agriculto, ao Poder Público Municipal cabe a manutenção da infraestrutura. Um dos pontos principais do local, além da venda de verduras, legumes, embutidos e artesanato é dos ingredientes para a produção do famoso käsekuchen.

Foi dos imigrantes alemães que o município herdou seu principal prato gastronômico o Käsekuchen ou bolo de queijo. A receita do Käsekuchen (Figura 3), tem origem na região central da Alemanha, nos atuais estados que fazem parte da Francônia – Baviera, Hessen e Baden Wurttemberg (região de origem dos imigrantes que povoaram o município de Panambi). Passada de geração em geração esse “bolo” é feito a partir dos ingredientes, farinha de trigo, açúcar, manteiga, ovos, leite, nata e queijo cottage (popular Kässchmier).

Preparado em etapas, o processo de produção inicia lá na propriedade rural, onde as vacas são ordenhadas e o leite é processado cuidadosamente para produzir o queijo cottage, que deve estar no ponto granulado ideal. Para o preparo do bolo, há dois processos: primeiramente faz-se a massa de fundo que leva basicamente manteiga, ovos e farinha de trigo e depois prepara-se o recheio com o queijo cottage, açúcar, ovos e a nata.

Segundo a pesquisadora Angelina Wittmann, a receita mais antiga existente do Käsekuchen tem origem grega e é sabido que era muito apreciado na Grécia Clássica, muito tempo antes de Cristo. Porém era feito com creme de leite. Os romanos, em contato com os gregos, a partir de sua dominação no final do século III a. C., aprovaram a sua receita do bolo de queijo que veio a ser publicada na coleção de Sammlung von Cato – O Velho e a levaram consigo, para todos os territórios dominados do Grande Império Romano. Também para aqueles que formam a atual Alemanha.

Durante a Idade Média, na Europa há falta de registros dessa receita. O registro mais remoto, está no livro de receitas Le Viandier – do Chef francês – Taillevent (Sr. Guillaume Tirel), no final do século XIX. Já na Alemanha o registro mais antigo conhecido da receita do Käsekuchen está no livro de receitas da Sra. Anna Weckerin, publicado no ano de 1598. Os ingredientes usados na receita desta época, são: ovos, queijo branco, açúcar, manteiga e canela. Muito similar a receita produzida pelas padarias, confeitarias e famílias panambienses. Há diversas variações da receita conforme o período e região.

No século XX, o bolo de queijo continuou com várias versões de acordo com a região onde era produzido, nos Estados Unidos por exemplo, sua base é feita com biscoitos. Na Suíça e na Alemanha há fermento na massa.

O consumo do käsekuchen tornou-se mais que uma tradição familiar hoje ele é o produto gastronômico mais pedido nas padarias e confeitarias pelos turistas e visitantes do município de Panambi. A partir de ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Panambi, como a criação do 1º Festival do Kasekuchen na última semana do mês de julho de 2018, e a instituição oficialmente do dia 24 de julho como Dia do Käsekuchen (Lei Municipal nº 4.711, de 12 de julho de 2018), o município planeja fortalecer a identidade gastronômica local através de ações que promovam o reconhecimento turístico nacional de Panambi como a “Cidade do Käsekuchen” e conseqüentemente realizar o registro desse saber como patrimônio imaterial do município no Livro dos Saberes.

3.1.4 - Praça Engenheiro Walter Faulhaber

Figura 4: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 5: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 6: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 7: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 8: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 9: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 10: Foto Praça Engenheiro Walter Faulhaber



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

A Praça Engenheiro Walter Faulhaber, localizada na área central do município é uma homenagem ao primeiro prefeito municipal de Panambi. Mas a sua instalação remonta ao início da colonização alemã. Por volta de 1901 foi realizado a demarcação da área da recém iniciada Vila de Neu-Württemberg, com as definições de suas ruas e demais espaços, sendo que até o ano de 1912 era apenas um espaço de campo aberto por onde a população circulava. Por volta de 1916 o espaço era utilizado para solenidades, jogos, instalação de circo e demais apresentações. Este espaço recebe durante a década de 1920 o nome de Praça Mauricio Cardoso, sendo realizada a terraplanagem, a modelagem de canteiros o cercamento com arames e a instalação de portinholas a fim de evitar a entrada de animais. Entre as décadas de 1940 e 1950 foi construído o palanque oficial (Figura 4), os muros e canteiros que circundam toda a praça, também foram instalados bancos doados por empresas panambienses.

No ano de 1964 através de um Decreto Municipal houve a alteração do nome de Praça Mauricio Cardoso para Praça Engenheiro Walter Faulhaber e a partir disso incluídos diversos monumentos e construções que relatam parte da história do município. Entre eles encontram-se:

A Placa Carta Testamento de Getúlio Vargas, ex-presidente da República, inaugurada em 24 de agosto de 1962;

A Placa dos Membros das Comissões Emancipacionistas do município, (Figura 5), das duas campanhas ocorridas nos anos de 1949 e 1953, descerrada em 15 de dezembro de 1979 durante as comemorações da Semana do Jubilei de Prata de Panambi, e contou com a presença do então governador do estado do Rio Grande do Sul José Augusto Amaral de Souza;

O Busto de Walter Faulhaber (Figura 7), também inaugurada em 15 de dezembro de 1979, é uma homenagem ao líder da emancipação e primeiro prefeito de Panambi;

O Monumento à Bíblia, construído em 1975 (Figura 9), alusivo ao Dia da Bíblia e atendendo a uma solicitação do pastor Karl Braun em nome das igrejas locais foi inspirada na tese de Martinho Lutero “As Sagradas Escrituras são o presépio em que encontramos Cristo”. Idealizada pela senhora Lieselotte Emma Gerling, é um bíblia aberta (Figura 10), esculpida em bronze que traz o versículo “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Após diversos ataques de vandalismo foi substituída por uma feita em mármore, a original passou a fazer parte do acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann;

O Marco Zero, que representa o centro geográfico da cidade, e de onde todas as medições de distâncias entre um ponto e outro são estabelecidas. Localizada no canteiro central da Praça Engenheiro Walter Faulhaber, constitui-se de um bloco de concreto em forma de pirâmide.

O Portal das Colonizações (Figura 5), inaugurado em 2012, é um mural estruturado em forma de portal com quatro painéis esculpidos em cada lado que representam a história do município de Panambi. O primeiro representa o Homem e a Cruz, significando o surgimento da povoação a partir da demarcação do lugar com um cruz alta, pelo padre Anton Sepp von Rechegg em 1698, hoje esse povoado é a cidade de Cruz Alta, o segundo painel é a representação da visita ao Brasil do Pesquisador Herrmann Meyer entre os anos de 1896 e 1899. O terceiro retrata a visita de Herrmann Meyer a primeira área adquirida pela empresa colonizadora as terras do atual município de Panambi, em 1898 e a visita de sua esposa Else Meyer em 1900. O quarto painel apresenta o padre jesuíta Max von Lassberg, que realizou a primeira missa no então povoado em 1901 e o casal Hermann e Marie Faulhaber, que a partir de 1902 realizariam os trabalhos eclesiásticos e educacionais além de administrar a Colônia de Neu-Württemberg.

No verso do portal (Figura 6), há mais quatro painéis que demonstram fases da história do município, os índios guaranis catequizados pelos jesuítas, os tropeiros luso-brasileiros, o imigrante transformado em colono e a industrialização do município.

3.1.5 - Igreja São João Batista

Figura 11: Igreja Católica São João Batista



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

A Comunidade Católica de Panambi (Figura 11), durante os anos de 1901 até 1943 era atendida por sacerdotes vindo de Cruz Alta ou de Pejuçara, sendo que primeira missa foi realizada na casa da Sra. Wagner pelo padre jesuíta Max Von Lassberg. Na década de 1920, foi adquirido uma área de terra com um prédio de madeira em frente à Praça Engenheiro Walter Faulhaber, no espaço funcionava uma casa comercial, a intenção era transforma-la em capela. Após reformas, construção de uma torre e instalação do primeiro sino, em 1926 a comunidade católica da então colônia passou a ter um espaço próprio para a realização das missas. Ainda pertencente a Paróquia São José de Pejuçara, a comunidade católica iniciou em 1943 a construção da Igreja São João Batista. Em 02 de fevereiro de 1952 foi inaugurada a Igreja, sendo o primeiro pároco Francisco Rogério Poppe, da Ordem Missionaria Coração de Jesus. Seus elementos arquitetônicos seguem o estilo gótico, janelas ogivais, torres e vitrais. No ano de 1917 teve início aos festejos em honra ao padroeiro São João Batista com grande procissão seguida de festejos populares o que perpetua-se até os dias atuais.

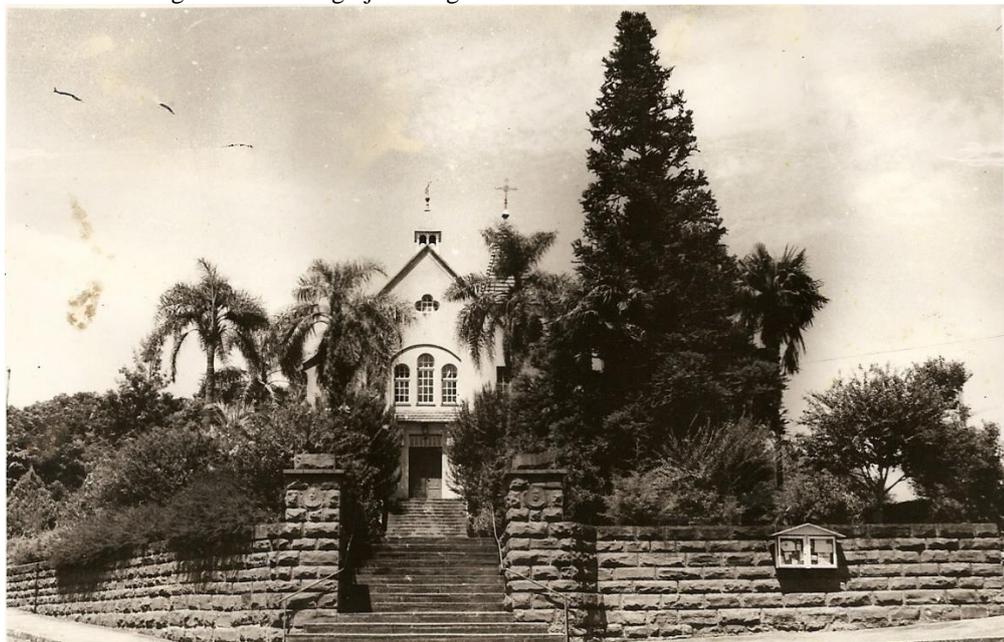
3.1.6 - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Figura 12: Foto Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 13: Foto Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil



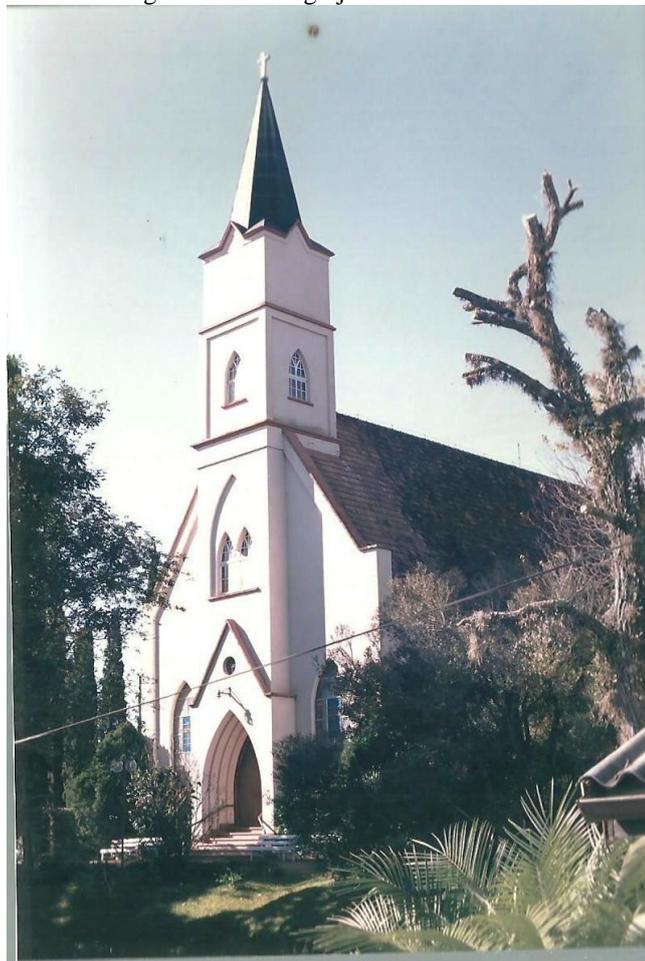
Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Desde o início da colonização alemã já havia a realização de cultos evangélicos com pastores itinerantes e a partir de 1902 o pastor Hermann Faulhaber assumiu a função

eclesiástica da então colônia. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Figura 13), se constituiu em 4 de fevereiro de 1908 a partir do primeiro ordenamento estatutário, a pedra fundamental foi lançada em 1921 e o prédio inaugurado em 1923. Construído no alto do morro está de frente para a Praça Engenheiro Walter Faulhaber, em 1927 foi instalada a luz elétrica na igreja e adquirido três sinos de bronze fabricados na Alemanha. No portão de entrada há duas efigies em homenagem a Herrmann Meyer e a Hermann Faulhaber. O relógio foi construído em 1930 por Gottfried Wolgin com peças do automóvel Ford Bigode modelo T e custeado pelos moradores (Figura 12).

3.1.7 - Igreja Batista Emanuel

Figura 14: Foto Igreja Batista Emanuel



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 15: Foto Igreja Batista Emanuel



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Os primeiros imigrantes alemães que chegaram por volta de 1901 na Vila de Neu-Württemberg pertencentes a Igreja Batista logo se organizaram para realização de seus cultos em suas moradias, sendo que o primeiro culto da Igreja Batista aconteceu no Barracão do Imigrante, sendo ministrado pelo pastor Karl Roth de Porto Alegre. A Empresa Colonizadora doou um terreno no alto do morro, com vista panorâmica da então vila no ano de 1905 para a edificação da Capela Batista (Figura 14), sendo inaugurada em 1908. A construção do atual prédio da Igreja Batista (Figura 15), foi concluída em 1948, sendo que sua torre inspirou Otto Kepler a fabricar um cruz de aço para colocar no seu ponto mais alto. O nome Igreja Batista Emanuel é originário de uma Sociedade de Cantores e Cultos de Porto Alegre, cujo os membros transferiram residência para a colônia de Neu-Württemberg.

3.1.8 - Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke

Figura 16: Foto Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 17: Foto Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Localizado na confluência das ruas Sete de Setembro e Alfredo Brenner, o Centro Administrativo Rudi Arnoldo Franke (Figura 16), em função de seu valor histórico, localização, porte arquitetônico, tornou-se patrimônio histórico e arquitetônico do município pelo Poder Público através da Lei 2.447 de 24 de novembro de 2005.

O prédio foi projetado pelo primeiro prefeito do município de Panambi Engenheiro Walter Faulhaber e construído em 1968, na gestão do Prefeito Rudi Franke e do Vice-prefeito Abílio Hartemink, sendo primeira sede própria do Centro Administrativo Municipal (Figura 17).

3.1.9 - Estação Ferroviária Belizário

Figura 18: Foto Estação Ferroviária Belizário



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

Figura 19: Foto Estação Ferroviária Belizário



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann

A Parada Belizário (Figura 18), foi inaugurada em 31 de maio de 1897, sendo apenas um local de desembarque de passageiros, da ferrovia que ligava os municípios de Santa Maria à Santa Bárbara. A ferrovia na época foi muito importante para integrar o Planalto Gaúcho ao restante do Estado, realizando o deslocamento da população e o escoamento da produção agrícola e industrial (Figura 19).

A maior parte do imigrantes que chegavam a colônia de Neu-Württemberg vinham de trem e desembarcavam na Parada Belizário, deslocando-se posteriormente de carroças, ônibus ou carro de aluguel para seus destinos finais. Até mesmos os tropeiros utilizam esse meio de locomoção ao retornarem de Sorocaba com seus cavalos. Com o pleno desenvolvimento da então colônia alemã de Neu-Württemberg, tornou-se necessário transformar a Parada em Estação Férrea, cabendo a Empresa de Colonização Herrmann Meyer, instalada na região desde 1898, a negociar com a Viação Férrea de Santa Maria. No ano de 1912 foi concluída a construção do prédio da Estação. Entretanto somente em 1922 saiu o Aviso Ministerial nº 156 de 13 de novembro de 1922 elevando a Parada Belizário à categoria de Estação Belizário. Em 24 de novembro de 1933 o prédio foi consumido por um incêndio, sendo o que prédio que permanece até hoje foi inaugurado entre os anos de 1942 e 1943. Por quase uma década as atividades administrativas e a venda de passagens foram realizadas em um vagão de trem. A sua desativação ocorreu na década de 1990, entretanto a Cotripal, utilizou desta linha férrea até o ano de 2008.

CAPITULO IV - PRODUTO

Neste capítulo, apresentamos o produto, resultante do processo de pesquisa para a dissertação de mestrado, do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional - ProfHistória. Este programa de pós-graduação *stricto sensu* é oferecido a nível nacional e tem como objetivo oferecer formação continuada e qualificada aos docentes da disciplina de História da Educação Básica (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) a fim de contribuir para o desenvolvimento da qualidade de ensino no país. Sua estrutura curricular é voltada para a inovação em sala de aula, a partir da reflexão sobre metodologias de ensino, construção do conhecimento histórico, teoria da História, educação patrimonial entre outros componente curriculares importantes para a formação continuada dos docentes perante os desafios profissionais educacionais da sociedade contemporânea.

O Mestrado Profissional em Ensino de História, tem como característica o foco na pesquisa e conduz a uma investigação científica com a utilização de uma determinada metodologia e a orientação de um professor, sua diferença está na finalização do curso, que exige um produto, ou seja, o acadêmico deverá desenvolver uma proposta metodológica para o ensino de História.

Sendo assim, o produto apresentado neste trabalho é um mapa interativo dos bens patrimoniais do município de Panambi-RS, para utilização nas aulas de História dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Ressalta-se aqui que os mapas são instrumentos fundamentais na compreensão do espaço físico e histórico dos lugares que nos cercam. O objetivo portanto, é oportunizar o ensino de História do município de Panambi através da metodologia da Educação Patrimonial na Educação Básica, a partir do uso do aplicativo My Maps, indo além da catalogação e fichamento dos bens patrimoniais culturais e históricos do município.

O diferencial neste produto é o uso de ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento do ensino da história sobre o tema, pois, a nova geração de estudantes sente a necessidade do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), e estas têm uma importância fundamental no ensino de história, principalmente, com a chegada da internet e o com isso o uso de aplicativos como poderosa ferramenta de apoio ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

A proposta inicial desta pesquisa, era dar sequência ao projeto escolar desenvolvido no ano de 2019, na EMEF Dona Leopoldina, do município de Panambi/RS, a partir da disciplina de história.

O projeto intitulado: “A vida do aluno registrada no My Maps”, era uma atividade interdisciplinar da escola, a partir de uma pesquisa prévia com os alunos sobre a cidade, os descritores e objetos de conhecimento dos diferentes componentes curriculares trabalhados nas aulas. A partir dessa entrevista com os educandos organizou-se um roteiro e uma visita a pontos considerados pelos estudantes de relevância social, política, econômica e cultural do município.

A partir dos diários de bordo, fotos e vídeos produzidos durante esse passeio os alunos juntamente com a técnica de informática da escola foi desenvolvido mapas online no aplicativo My Maps, que continham o trajeto percorrido e todas as informações coletadas pelos alunos.

Porém, com o agravamento da Pandemia, em 2020, e a necessidade de se manter o distanciamento social, situação que requer adaptações na organização da sociedade como um todo e, principalmente, na estruturação das práticas escolares, não foi possível desenvolver todas as etapas do projeto proposto com os alunos.

Sendo assim, foi necessário readaptações no projeto de pesquisa, sem prejuízo para a aprendizagem de conceitos fundamentais da história para os estudantes, a partir da Educação Patrimonial e do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Foi criado então, pela professora, que elaborou um roteiro de visita prévio baseado na pesquisa realizada com os estudantes, um material interativo no formato de mapa que pode ser manuseado por alunos e comunidade em geral que contempla o distanciamento social e permite conhecer o local em que estamos inseridos. Ele conta com a localização geográfica de cada ponto cultural selecionado, um breve histórico da formação-construção desse local e imagens.

Na sequência, encontra o link de acesso do mapa desenvolvido e um tutorial de como criar um mapa utilizado o aplicativo My Maps.

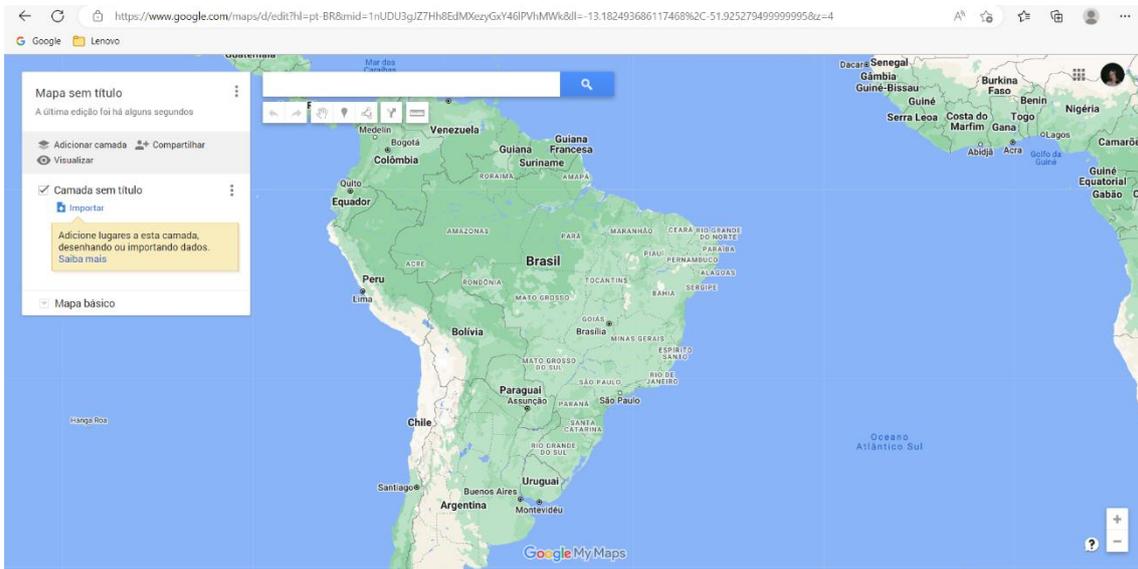
https://www.google.com/maps/d/edit?mid=18qT6uN28px-AFxz9gXaDulfx4TL_W6U&usp=sharing

COMO CRIAR UM MAPA

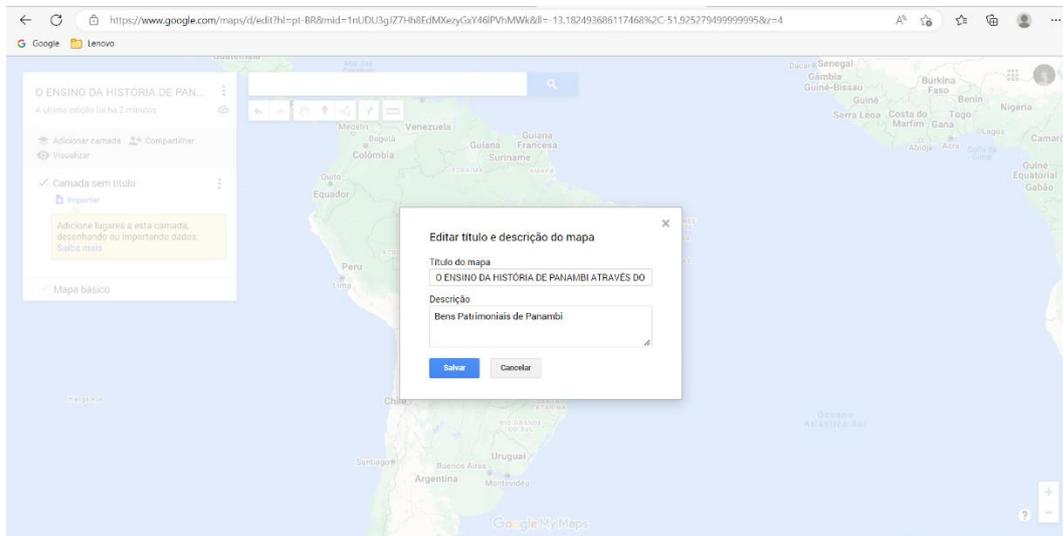
Passo 1 - No computador inicie sessão em [MY MAPS](#).

Passo 2 – Realizar o acesso com uma conta do Gmail.

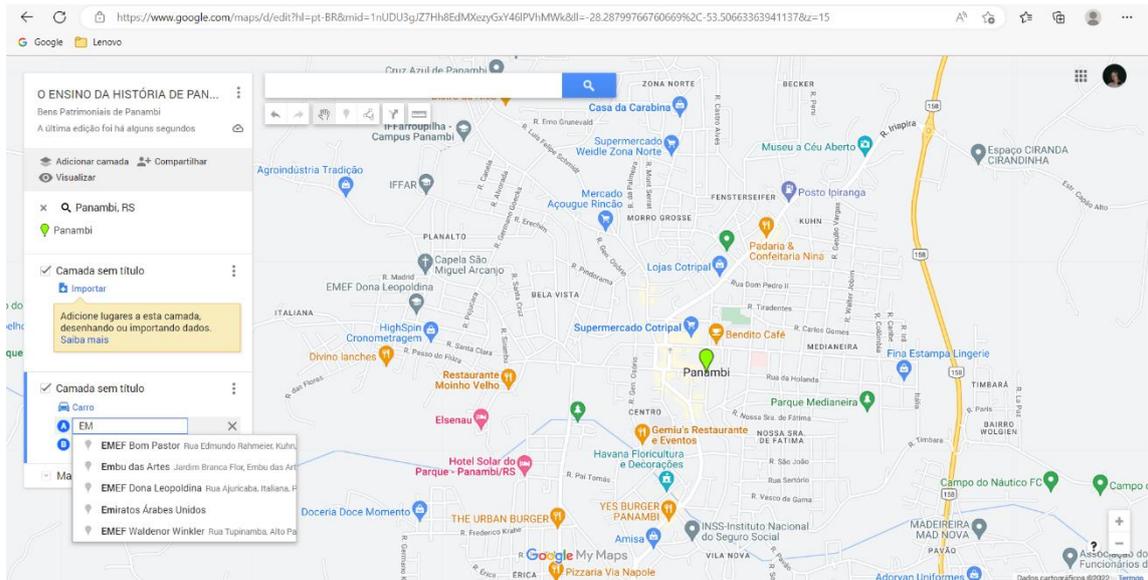
Passo 3 – Clique em criar um novo mapa.



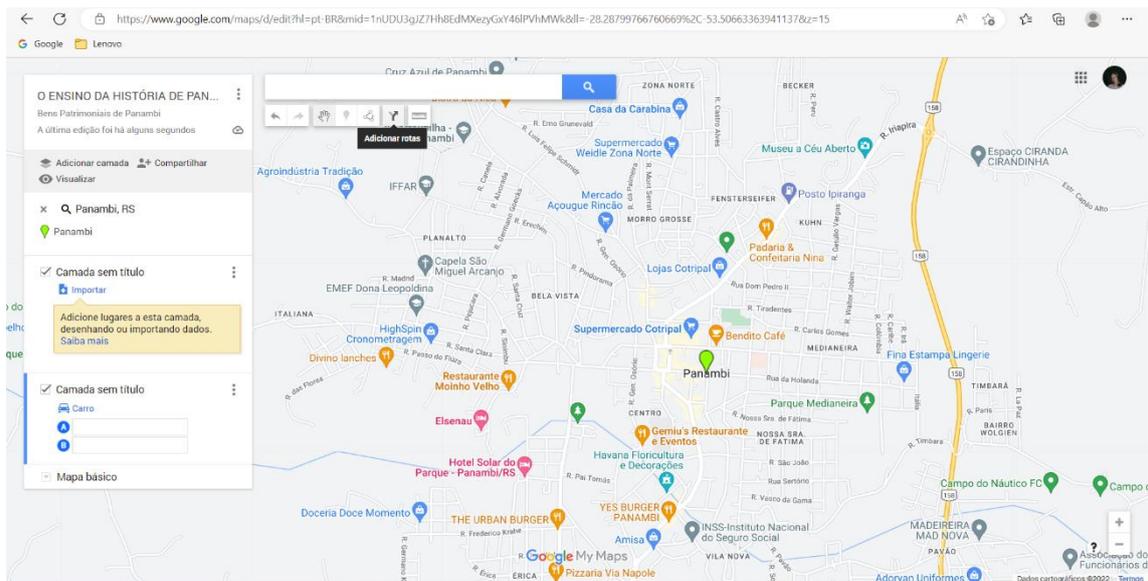
Passo 4 – Vá para o canto superior esquerdo e clique em “Mapa sem Título. Dê ao seu mapa um nome e uma descrição.



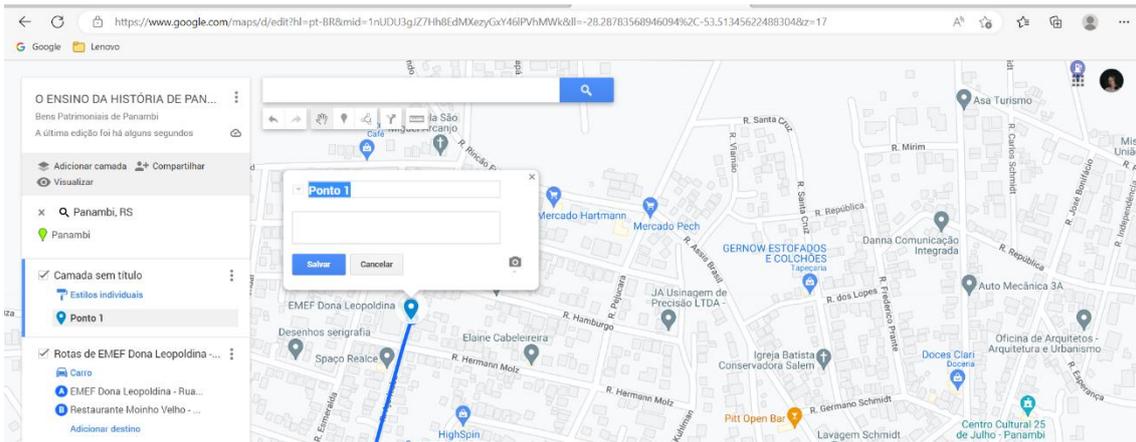
Passo 5 – Selecione uma camada e clique em onde colocar o local.



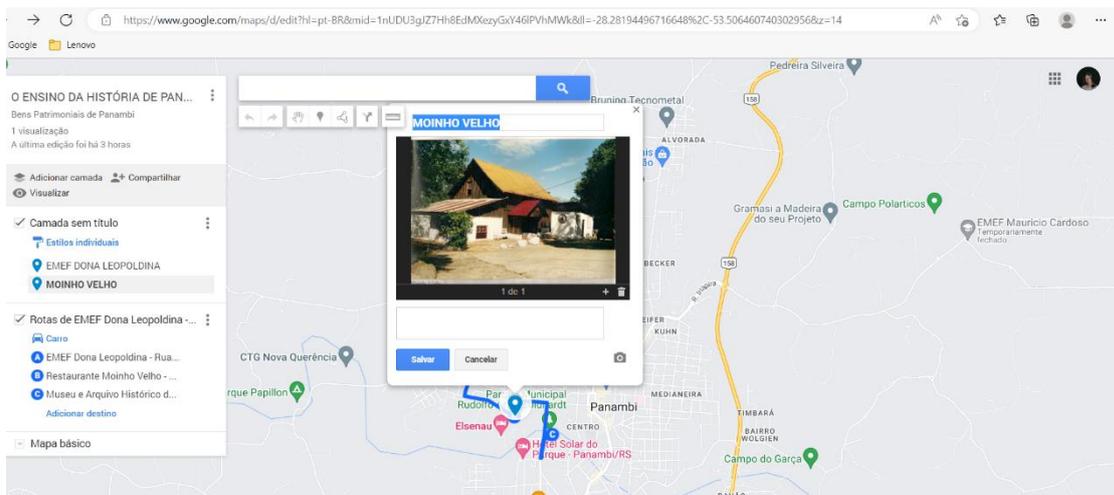
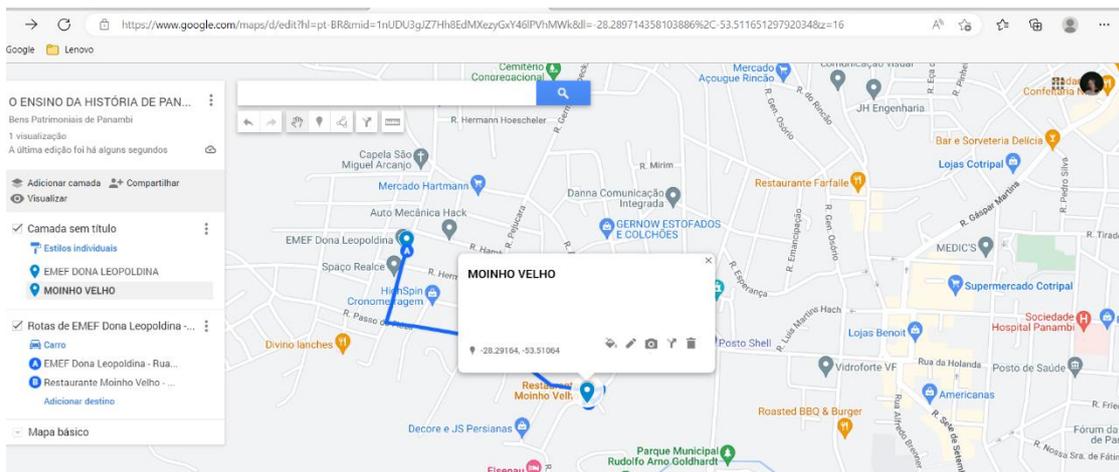
Passo 6 – Selecione o ícone de adicionar rotas.

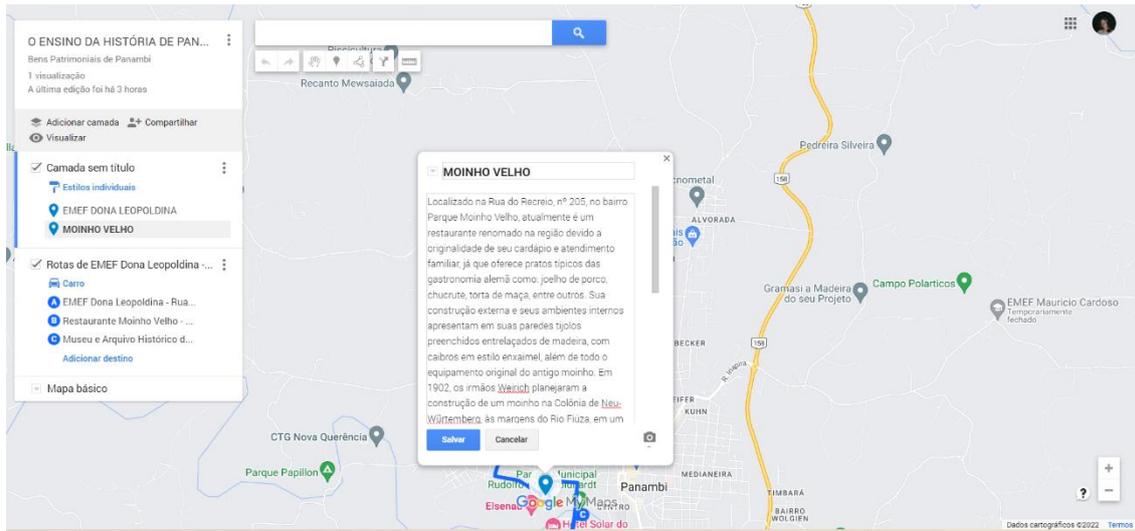


Passo 7 - Em uma nova camada selecione o ícone inserir marcador e dê nome aos lugares.



Passo 8 – Clique em um marcador existente no mapa. No canto inferior direito da caixa de texto exibida utilize os ícones para editar as informações e fazer alterações.





V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do ensino da disciplina de História na Educação Básica encontra-se em processo de renovação, mediante a articulação entre metodologia, conteúdo e tecnologias. A produção do conhecimento foi totalmente afetada pelas transformações tecnológicas, e a escola, enquanto instituição formadora tem o dever de dialogar com as novas formas de comunicação. Os alunos contemporâneos convivem diariamente com informações e conhecimentos obtidos através da internet, das redes sociais, de imagens e sons disponibilizados nas mais diferentes plataformas digitais cabendo a escola utilizar, a partir dos currículos metodológicos, esses novos suportes de informações tecnológicos, não substituindo as práticas tradicionais, mas ampliando o acesso dos alunos ao conhecimento.

Nessas recentes reformulações curriculares para o ensino de História, houve a substituição do ensino dos grandes feitos históricos para a introdução de noções e conceitos históricos mais amplos e próximos dos educandos, como, por exemplo: cultura, tempo histórico, trabalho, identidade, poder e cidadania. O ensino de História na atualidade busca dessa forma o protagonismo e o desenvolvimento integral do aluno.

Pensando nisso, também foi introduzido a concepção de história local, que estabelece relações entre o que é vivenciado pelo aluno e a história geral (nacional, mundial e regional). O tempo presente, o vivido hoje e agora é o fio condutor para o estudo do passado, afinal se torna necessário a contextualização histórica do local, onde o aluno se encontra.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan):

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então trata-se de Educação Patrimonial (IPHAN, 2022).

Dessa forma utilizar a Educação Patrimonial como metodologia de ensino de história, envolve ampliar os conhecimentos acerca do passado de determinados territórios e das relações que a comunidade estabelece com esse mesmo espaço, respondendo questões relativas a sua importância, sua utilização e preservação. A sociedade contemporânea sente a necessidade de refletir sobre sua memória e patrimônio cultural, a fim de resgatar a identidade e memória de todos os setores e classes sociais. E as atividades pedagógicas que colocam em destaque a história local viabilizam e potencializam o ensino de história.

A união da Educação Patrimonial como Estudo do Meio, ou seja o desenvolvimento de atividades mais lúdicas com uma abordagem mais investigativa de observação, organização, análise de registros visuais e escritos levou a organização deste trabalho. Seu intuito é de organizar um material de apoio, um recurso didático ao ensino da história do município de Panambi.

É um material que serve de apoio para professores e alunos, que também pode ser utilizado para a comunidade em geral, pois é organizado em forma de mapa online, de fácil acesso. A escolha por um recurso digital se fez presente devido a ampliação do acesso as novas tecnologias por parte dos alunos, entretanto, com o isolamento social imposto pela Pandemia de Covid-19 tornou-se uma necessidade o ensino remoto através de recursos digitais.

Este material possui diversas funções servindo de suporte para os professores em suas práticas pedagógicas, de recurso metodológico para o ensino de história local e material de divulgação do município. A vantagem da elaboração de mapas online é que o mesmo pode ser ampliado conforme o enfoque que se almeja, a base de imagens, vídeos, descrição entre outros também pode ser alterada conforme o avanço da aprendizagem e aprofundamento do conhecimento. Sugere-se trabalhar com os educando a construção de mapas com os mais diversificados enfoques: de lugares significativos para eles numa espécie de mapa afetivo, ou construções antigas do bairro ou região, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica e SOLÉ, Glória. O património histórico como estratégia pedagógica para a construção do conhecimento. In SOLÉ, Glória (Org.), **Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial**. Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2015.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História. In TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático; 2).

BARCA, Isabel. Educação patrimonial e consciência intercultural. In SOLÉ, Glória (Org.), **Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial**. Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2015.

BEUTER, Ivo. **De Elsenau a Panambi**. Panambi: Ed. Emgrapan, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BERNINI, Denise Simões Dupont. Uso das TICs como ferramenta na prática com metodologias ativas. In: MACHADO, Andreia de Bem. **Práticas inovadoras em metodologias ativas**. Florianópolis: Contexto Digital, 2017.p.102-118.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA : Módulo IV – a escola e a cidade: políticas públicas e pedagógicas / Organização: Lúcia Helena Alvarez Leite, Levindo Diniz Carvalho, Paulo Henrique de Queiroz Nogueira. – Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2010. 68 p.

HEMPE, Cléa; SANTOS, Denise Neumann de; SCHEUER Janete; WEHRMANN Temia. Revista: **Panambi**: de Colônia a Município, Ed. Bühring Ltda, 1ª ed.,2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

ICHER, François (org.). **Regards sur le patrimoine**. Montpellier: CRDP, 2008.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Departamento de Memória e Patrimônio Cultural. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MORAN, José. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, Solange e outros (Orgs). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017, p.23-35.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. N.25/26, São Paulo: ANPUH, 1993.

NEUMANN, Marcia Rosane. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Dissertação Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, C. & Barca, I. (2014). A Visita de Estudo Virtual à Citânia de Briteiros, como recurso para aprender História e Geografia de Portugal. In G. Solé (Org.), **Educação Patrimonial: Novos Desafios Pedagógicos** (pp. 121-156). Braga: CIED, Universidade do Minho.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Patrimônio e Memória. A cidade como espaço educativo. 2008. Programa Salto para o Futuro/TV ESCOLA/SEED/MEC de 7 a 11 de abril de 2008: Ano XVIII Boletim 03 de abril de 2008.

PINTO, Helena. Articulando Patrimônio e Educação: os contributos da Educação Patrimonial. In SOLÉ, Glória. (Org.), **Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial**. Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2015.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione. 2004 (Pensamento e Ação no Magistério).

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional do Rio Grande do Sul. Referencial curricular municipal: município de Panambi/RS/SESI/RS. – Porto Alegre: SESI/RS, 2019